



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA __ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE ARAPIRACA/AL**

MIGUEL GALDINO SANTOS, menor impúbere, portador da Cédula de Identidade nº 4390641-9 SEDS/AL, inscrito no CPF nº 156.417.614-27, representado neste ato por **ANA LÚCIA MARIA DOS SANTOS**, brasileira, casada, autônoma, portadora da Cédula de Identidade nº 1433960 SEDS/AL, inscrita no CPF nº 814.242.724-91, ambos residentes e domiciliados na Rua Daniel Pedro dos Santos, 14 – Bairro Bom Sucesso, Arapiraca/AL, através dos seus advogados que esta subscreve, nomeados nos termos da procuração anexa, com escritório profissional localizado na Presidente Tancredo de Almeida Neves, 109, com endereço eletrônico: carvalhoemarkes.adv@gmail.com, onde recebe todas as intimações e/ou notificações, vem, a presença de Vossa Excelência, ajuizar:

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

em face de **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, com sede na Rua da Assembleia, nº. 100, 26º Andar, CEP: 20.011-904, Centro, Rio de Janeiro/RJ; pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

PRELIMINARMENTE, o Autor requer os benefícios da assistência judiciária gratuito, vez que não tem condições financeiras de arcar com as despesas processuais sem prejudicar o seu sustento, bem como o de sua família.

Ademais, em conformidade com o Novo Código de Processo Civil, o mesmo informa que, não tem interesse em auto composição.

**DO INTERESSE DE AGIR E DESNECESSIDADE DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

Preliminarmente, o entendimento consolidado em nossos Tribunais é no sentido de que o requerente não precisa esgotar todas as possibilidades oferecidas pela via administrativa para pleitear o seu direito perante o Poder Judiciário, pois tal impedimento atropela a garantia de acesso à Justiça prevista no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

Tal exigência de esgotamento da instância administrativa junto à seguradora evidentemente afronta o disposto retromencionado da nossa Carta Magna, que não condiciona o direito de petição do cidadão ao esgotamento da via administrativa. Vejamos:

Art. 5º. XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

No mais, quanto à falta de interesse de agir, a ausência de requerimento na esfera administrativa não impede o ingresso na via judicial, sendo esse o posicionamento majoritário dos nossos Tribunais, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. ACIDENTE DE TRÂNSITO. I - ILEGITIMIDADE PASSIVA. Segundo a legislação vigente, todas as sociedades seguradoras que operam no ramo dos seguros de veículos automotores, participantes do convênio obrigatório, são responsáveis pelo pagamento do seguro DPVAT. II - CARÊNCIA DE AÇÃO. Segundo reiterada jurisprudência, não é necessário o esgotamento da via administrativa para postular indenização em juízo, sob a égide da Constituição Federal, artigo 5º, inciso XXXIV, alínea "a". PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. MÉRITO. INDENIZAÇÃO DEVIDA EM SUA INTEGRALIDADE. Reconhecimento do pedido. Limitação da indenização com base em resolução do conselho nacional de seguros privados CNSP. Inviabilidade. Fixação em salários mínimos. Possibilidade. REJEITARAM AS PRELIMINARES E NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70038177531, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Julgado em 09/09/2010)

Por fim, conclui-se que a ausência de envio de solicitação extrajudicial não justifica a extinção da demanda, haja vista a desnecessidade do esgotamento da via administrativa, de acordo com a exegese do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.



DOS FATOS

Élida Galdino de Souza, mãe do Requerente, foi vítima de acidente de trânsito (colisão entre carro e moto) ocorrido no dia 05/05/2018, tendo sido encaminhado ao Instituto Médico Legal, consoante comprovado pelo boletim de ocorrência e relatório médico.

Como consequência do acidente, a vítima veio a óbito no mesmo dia, às 16h15m, conforme descrito em documento anexo. Dessa maneira, sua morte está cabalmente comprovada também, mediante certidão de óbito.

Deste modo, Íncrito Magistrado, o direito do Requerente consiste no recebimento da indenização por morte coberta pelo seguro obrigatório DPVAT, sendo-lhes devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta comprovado (através da vasta documentação acostada) o nexo causal entre o acidente e a morte.

Por tais razões, em decorrência do acidente sofrido que culminou com a morte de Élida Galdino de Souza, mãe do Requerente, representado neste ato por sua avó paterna Ana Lúcia Maria dos Santos, conforme Termo de Guarda Provisória em anexo, busca a tutela jurisdicional para obtenção do direito a que faz jus.

DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificado pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, o qual determina, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, senão vejamos:



Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea “I” nestes termos:

Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância o casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.

Assim, resta claro que o Requerente deve ser indenizado pelo seguro estabelecido no caso de morte, como medida de direito, visto que o menor é filho da vítima.

Da mesma forma, os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (incidente) e o dano dele decorrente (morte da vítima), amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Desse modo, diante do que fora alegado e comprovado pela documentação juntada, resta inquestionável o direito da postulante, haja vista, o impúbere ser descendente direto da Élide Galdino de Souza que, infelizmente, veio a óbito.

**DA CORREÇÃO MONETÁRIA – JUROS LEGAIS**

De acordo com o nosso ordenamento jurídico, a indenização devida por força de contrato de seguro deve ser corrigida a partir da contratação da importância segurada, a qual deve ser atualizada como forma de manter o valor através do tempo, conforme se extrai da lei no 5.488, de 27 de agosto de 1968.

Os juros, na concepção da doutrina, representam as perdas e danos do contrato inadimplido, de sorte que devem ser contados da data em que a devedora deixou de cumprir a obrigação. Neste sentido:

“A obrigação de pagar juros de mora não tem necessariamente cunho indenizatório. É devida igualmente quando não se alega prejuízo. Todavia, é de se interpretar a norma que a impõe neste caso como disposição que presume o dano sempre que há inadimplemento de dívida pecuniária ou daquele cujo valor em dinheiro está fixado.”

Com fundamento nessa presunção, todo juro de mora é compensatório de dano.” (Orlando Gomes, “in” Obrigações, Forense, 3ª edição, 1972, págs. 177-180)

A posição da jurisprudência atual acompanha a doutrina de Orlando Gomes:

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - RECIBO DANDO PLENA E GERAL QUITAÇÃO - VALOR ARBITRADO EM 40 VEZES O MAIOR SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA - LEI Nº 6.194/74 - INDENIZAÇÃO PAGA A MENOR -POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DA DIFERENÇA EM AÇÃO JUDICIAL - FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS - LEI Nº 6.194/74 NÃO REVOGADA PELAS LEIS 6.205/75 E 6.423/77 - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DEVIDOS DESDE A DATA DO EFETIVO PREJUÍZO.

Na indenização decorrente de seguro obrigatório de veículos automotores de vias terrestres, a correção monetária e dos juros de mora do valor devido incidem a partir do efetivo prejuízo. (TA/PR - Agravo de Instrumento 17328 - Sexta Câmara Cível - Relator: Anny Mary Kuss - Julgamento: 06-04-2004)



DA PERÍCIA

O Autor deixa de requerer perícia e, conseqüentemente, formular quesitos periciais, tendo em vista o óbito da vítima do acidente, não havendo, portanto, necessidade para tal.

DA RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS

O Estatuto da OAB, Lei Federal n. 8.906/94, prevê de forma expressa o dever de o magistrado reter os honorários contratuais quando o constituinte o juntar antes de expedido o mandado de levantamento ou precatório. É o que se extrai do art. 22, §4º, *verbis*:

Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

§ 4º. Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou.

No presente caso, deve este juízo reter os honorários contratuais em percentual de 30% (trinta por cento), conforme contrato anexado aos autos, fazendo-se a correspondente dedução para pagamento em separado dos honorários.

DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer o Demandantes que Vossa Excelência se digne em:

- a) conceder o benefício da Justiça Gratuita, nos termos da Lei nº. 1060/50, por ser o Requerente pessoa pobre no sentido jurídico do termo;
- b) determinar a citação da Requerida para que, querendo, apresente resposta no prazo legal, sob pena de sujeitar-se aos efeitos da revelia;



- c) **julgar procedente o pedido, condenando, desta forma, a Requerida ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros de mora, atualização monetária, custas processuais e honorários Advocatícios no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do débito e demais cominações legais.**
- d) sejam retidos os honorários contratuais no percentual de 30% sobre o valor da condenação, de acordo com contrato em anexo.
- e) cumprindo o disposto no artigo 319, inciso VII do Código de Processo Civil, o Autor opta pela não realização de audiência de conciliação.

Protestam provar o alegado por todos os meios admitidos em Direito, especialmente pelos documentos juntados e, caso este juízo entenda imprescindível, pela oitiva das testemunhas que serão oportunamente arroladas.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nesses termos,

Pede e espera deferimento.

Arapiraca/AL, 28 de março de 2019.

DANYLO BEZERRA DE CARVALHO
OAB/AL 10.980

RAMONEY MARQUES BEZERRA
OAB/AL 13.405